



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO  
TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

HENRIQUE  
JORGES DE  
SOUZA REIS  
18/03/2024 17:10

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA  
CESSÃO DE USO DE ÁREA, QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O  
TRIBUNAL REGIONAL DO  
TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO  
E A CAIXA ECONÔMICA  
FEDERAL**

Pelo presente instrumento particular, as partes contratantes celebram o **PRIMEIRO** Termo Aditivo ao **Termo de Cessão de Uso nº 02/2022**, referente a cessão de **uma área total construída de 217,70 m<sup>2</sup> (duzentos e dezessete vírgula setenta metros quadrados)**, localizada no **Prédio Anexo I – TRT Aldeota, na rua Desembargador Leite Albuquerque, N.º 1077 - CEP 60.170-150, destinada ao funcionamento de acordo com a Certidão de Avaliação (doc. 205 com informação doc. 213)**, Memorial Descritivo e Planta Baixa constantes do Processo Administrativo, documentos 186 e 176, respectivamente e que compõem os anexos deste Termo, constantes do **PROAD TRT7 nº 1.063/2019**.

**PARTES**

**CEDENTE - O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SÉTIMA REGIÃO**, com sede na Av. Santos Dumont nº 3.384, nesta capital, CEP 60.150-162, inscrito no CNPJ sob o nº **03.235.270/0001-70**, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA**, portador do CPF nº 204.282.003-20 e RG nº 2000002436346 – SSP-CE.

**CESSIONÁRIO – CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº. 759, de 12.08.1969 e do Decreto nº. 66.303, de 06.03.1970, regendo-se atualmente pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº. 7.973, de 28 de março de 2013, por intermédio de sua Gerência de Filial – Logística em Fortaleza GILOG/FO, CNPJ (MF) nº 00.360.305/3396-24, situada Rua Sena Madureira, 800 – 11º andar – Centro – Fortaleza/CE, neste ato representada por seu Gerente, **SANDRO GOMES MOURA**, CPF 457.714.643-68 e RG nº 91002008096/SSP-CE, conforme poderes outorgados no Substabelecimento de Procuração, Livro 021, Páginas 079 e 079v Protocolo 13176 – 4º Ofício de Notas 2º RTD - Comarca de Fortaleza – Estado do Ceará.

**CLÁUSULA PRIMEIRA** – Ficam incluídos os parágrafos terceiro e quarto na CLÁUSULA SÉTIMA (DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO DA CESSÃO) do **Termo de Cessão de Uso nº 02/2022**, conforme parágrafos 5º e 6º do Art. 11, da Resolução CSJT Nº 356, de 28 de abril de 2023:

*“CLÁUSULA SÉTIMA – (...)*

*Parágrafo Primeiro - (...)*

*Parágrafo Segundo - (...)*

***Parágrafo Terceiro** - Havendo recusa injustificada por parte do cessionário em ressarcir as despesas previstas no caput, o Tribunal notificará o cessionário para efetuar o pagamento do ressarcimento dos valores, no prazo legal, nos termos do art. 22 do Decreto-Lei nº 147, de 3/2/1967, sob pena de inscrição em dívida ativa.*

***Parágrafo Quarto** - Findo o prazo e não havendo pagamento, o Tribunal implementará as medidas necessárias para inscrição do cessionário na dívida ativa da União e no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin), nos termos da Lei nº10.522/2002, e adotará as providências administrativas cabíveis para a rescisão do contrato de cessão de uso de espaço físico, com o encaminhamento da documentação necessária à Advocacia-Geral da União para adoção das providências judiciais pertinentes.”*

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 – LGPD.**

2.1 – Em observação as determinações constantes da **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**, o CEDENTE e a CESSIONÁRIA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

2.1.1 - O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;

2.1.2 - O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

2.1.3 - Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço/aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação do CEDENTE, responsabilizando-se a CESSIONÁRIA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na

execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;

2.1.3.1 - Eventualmente, as partes podem ajustar que o CEDENTE será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item 2.1.3 acima.

2.1.4 - Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

2.1.5 - Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CESSIONÁRIA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pela CEDENTE e, em no máximo (30) dias, sob as instruções e na medida do determinado pelo CEDENTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CESSIONÁRIA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD;

2.2 - A CESSIONÁRIA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CEDENTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

2.3 - O eventual acesso, pela CESSIONÁRIA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CESSIONÁRIA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato.

2.4 - A CESSIONÁRIA cooperará com o CEDENTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;

2.5 - A CESSIONÁRIA deverá informar imediatamente ao CEDENTE quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas do CEDENTE ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

2.6 - O “Encarregado” ou “DPO” da CESSIONÁRIA manterá contato formal com o Encarregado do CEDENTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

2.7 - A critério do Encarregado de Dados do CEDENTE, a CESSIONÁRIA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

2.8 - Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI, bem como Capítulo VII e Seção I do capítulo VIII da LGPD.

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Continuam em vigor todas as demais cláusulas e condições pactuadas na avença original.

Fortaleza, (Data conforme a última assinatura digital)

DURVAL CESAR DE  
VASCONCELOS  
MAIA:40184

Assinado de forma digital por  
DURVAL CESAR DE VASCONCELOS  
MAIA:40184  
Dados: 2024.04.02 14:06:56 -03'00'

**DURVAL CÉSAR DE VASCONCELOS MAIA**  
**DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO**  
**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**  
**CEDENTE**

SANDRO GOMES  
MOURA:4577146  
4368

Assinado de forma digital por  
SANDRO GOMES  
MOURA:45771464368  
Dados: 2024.03.18 09:40:44  
-03'00'

**SANDRO GOMES MOURA**  
**CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**CESSIONÁRIA**

*PROAD 1.063/2019 - 1º T.A. TCU nº 02/22.*